



AGRICULTURA URBANA EM PIRAPORA-MG: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Diliane Prates Vieira
dilianev@bol.com.br
UNIMONTES

Sandra Célia Muniz Magalhães
Sandra.muniz@unimontes.br
UFU

RESUMO

O presente trabalho investiga a prática da agricultura urbana no município de Pirapora-MG. Este tema atenta para a análise da importância das atividades agrícolas desenvolvidas no espaço urbano. A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas no perímetro urbano, isto é, dentro de uma cidade, ocorrendo também em seu entorno, área denominada periurbana. É destinada à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala, em mercados locais. Este estudo tem por objetivo conhecer a situação e a dinâmica da agricultura urbana na cidade de Pirapora, bem como caracterizar as condições socioeconômicas de seus praticantes. Para tanto foi realizada esta pesquisa de cunho qualitativa, buscando articular teoria e prática. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico, com o intuito de compreender a prática da agricultura urbana no Brasil e no mundo. Em seguida, foi realizada pesquisa de campo, onde foram coletadas informações por meio de questionário, entrevista, observações e documentação por fotografias. O questionário foi aplicado aos sujeitos praticantes da agricultura urbana e a entrevista foi feita com um engenheiro agrônomo da EMATER. Após análise e interpretação dos dados coletados à luz do referencial teórico adotado, pode-se afirmar que a prática da agricultura urbana tem trazido grandes vantagens e perspectivas para a população carente. Cabe salientar que este trabalho não pretendeu esgotar todas as discussões em torno do tema, mas, sim, possibilitar novas reflexões e pesquisas sobre a agricultura urbana.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Espaço Rural. Agricultura Urbana

Introdução

Na história da humanidade a atividade agrícola é relativamente recente, surgiu no período neolítico. Sua prática consiste inicialmente na retirada da natureza dos produtos necessários à alimentação. A agricultura não surgiu de um momento para outro, foi se desenvolvendo por meio de condições históricas anteriores que foram reunidas e permitiram a passagem da caça e coleta para a prática agrícola.

A sociedade seguiu os passos do desenvolvimento dos instrumentos e técnicas agrícolas. O domínio das técnicas de plantio teve como consequência o crescimento populacional em áreas determinadas, permitindo assim o surgimento de uma sociedade sedentária, que ao se agrupar deu início às formas primitivas de cidades.

Em termos de contexto histórico, foi com o excedente de produtos agrícolas que a sociedade viu surgir o comércio, que por sua vez levou ao modo de vida capitalista. A agricultura marcou a história da humanidade e foi a alavanca para o desenvolvimento da sociedade como a conhecemos hoje.

Vale ressaltar que a agricultura por muito tempo foi entendida como atividade de áreas rurais e a prática de cultivo em espaço urbano sempre se mostrou tímido em comparação a atividade no meio rural. No entanto, a urbanização acelerada trouxe consigo vários problemas sociais, como a fome, a pobreza, o desemprego, fatores que intensificaram a agricultura urbana (AU).

A agricultura urbana (AU) é uma atividade realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade ou no seu entorno (peri-urbana). É destinada à produção de cultivos para consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. A AU é voltada para o cultivo de plantas e a criação de animais, bem como as atividades relacionadas, como a produção e distribuição de insumos (por exemplo: composto) e o processamento e a comercialização de produtos agrícolas. Ela contribui efetivamente para reduzir a insegurança alimentar ao fornecer alimentos aos lares de renda baixa e média, e por elevar o nível nutricional das mães, das crianças e dos idosos. (ROESE, 2007).

De acordo com Roese (2007, p.2), a prática da AU oferece diversas vantagens, as mais comumente observadas são:

- Produção de alimentos – incremento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para consumo próprio.
- Reciclagem de lixo - utilização de resíduos e rejeitos domésticos, diminuindo seu acúmulo, tanto na forma de composto orgânico para adubação, como na reutilização de embalagens para formação de mudas, ou de pneus, caixas, etc. para a formação de parcelas de cultivo, por exemplo.
- Utilização racional de espaços – melhor aproveitamento de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de plantas daninhas, onde poderiam abrigar-se insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana.
- Educação ambiental – todas as pessoas envolvidas com a produção e com o consumo das plantas oriundas da atividade de agricultura urbana passam a deter maior conhecimento sobre o meio ambiente, aumentando a consciência da conservação ambiental.
- Desenvolvimento humano – aliada à educação ambiental e à recreação, ocorre melhoria da qualidade de vida e prevenção ao estresse, além da formação de lideranças e trocas de experiências.
- Segurança alimentar - favorece o controle total de todas as fases de produção, eliminando o risco de se consumir ou manter contato com plantas que possuam resíduos de defensivos agrícolas.
- Desenvolvimento local – valoriza a produção local de alimentos e outras plantas úteis, como medicinais e ornamentais, fortalecendo a cultura popular e criando oportunidades para o associativismo.
- Recreação e Lazer – a agricultura urbana pode ser usada como atividade recreativa/lúdica, sendo recomendada para desenvolver o espírito de equipes.

- Farmácia caseira – prevenção e combate a doenças através da utilização e aproveitamento de princípios medicinais.
- Formação de microclimas e manutenção da biodiversidade – através da construção de um quintal agroecológico, que favoreça a manutenção da biodiversidade, proporcionando sombreamento, odores agradáveis e contribuindo para a manutenção da umidade, etc., tornando o ambiente mais agradável e proporcionando, inclusive, qualidade de vida aos animais domésticos.
- Escoamento de águas das chuvas e diminuição da temperatura - favorece a infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento de água nas vias públicas, e contribuindo para diminuição da temperatura, devido à ampliação da área vegetada e respectiva diminuição de áreas construídas.
- Valor estético – a utilização racional do espaço confere um excelente valor estético, valorizando inclusive os imóveis.
- Diminuição da pobreza – através da produção de alimentos para consumo próprio ou comunitário (em associações, escolas, etc.), e eventual receita da venda dos excedentes.
- Atividade Ocupacional – proporciona ocupação de pessoas, evitando o ócio, contribuindo para a educação social e ambiental, diminuindo a marginalização dessas pessoas na sociedade.
- Renda – possibilidade de produção em escala comercial, especializada ou diversificada, tornando-se uma opção para a geração de renda.

Nesse contexto observa-se que a agricultura urbana apresenta diversas vantagens, surgindo como alternativa para sanar problemas oriundos da urbanização acelerada. Seu papel emergente no mundo urbanizado está sendo compreendido e quantificado. Em meio às dificuldades da população urbana, a AU é tida como estratégia de melhoria da qualidade de vida para a população marginalizada. Dessa forma este estudo objetivou conhecer a situação e a dinâmica da agricultura urbana na cidade de Pirapora, bem como caracterizar as condições socioeconômicas de seus praticantes. Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, onde foram coletadas informações por meio de questionário, entrevista, observações e documentação por fotografias. O questionário foi aplicado aos sujeitos praticantes da agricultura urbana e a entrevista foi feita com um engenheiro agrônomo da EMATER. Após análise e interpretação dos dados coletados à luz do referencial teórico adotado, pode-se afirmar que a prática da agricultura urbana tem trazido grandes vantagens e perspectivas para a população carente. Cabe salientar que este trabalho não pretendeu esgotar todas as discussões em torno do tema, mas, sim, possibilitar novas reflexões e pesquisas sobre a agricultura urbana.

Agricultura Urbana (AU) no Mundo, no Brasil e em Minas Gerais

Experiências com agricultura urbana vêm sendo desenvolvidas em várias cidades do mundo. Na América Latina são significativas as experiências da Argentina e do Chile, ambas envolvem governos, comunidades e Organizações não Governamentais (ONG's) como principal estratégia para o sucesso dos programas. Segundo Caldas e Pinheiro (2004) um exemplo mundial dos benefícios da agricultura urbana pode ser visualizado em Cuba. Após a queda do socialismo o país enfrentou grandes dificuldades para adquirir os insumos necessários à prática da agricultura, deste fato resultou a criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana, que teve por objetivo o apoio aos produtores de alimentos nas cidades, foram criados 28 subprogramas nas áreas de agricultura, floricultura, apicultura, plantas

medicinais, pecuária, entre outros, com o principal objetivo de constituir uma área de cinturão verde em torno das cidades.

A agricultura urbana é praticada por mais de 800 milhões de pessoas, revela o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996). O relatório aponta ainda que a Agricultura Urbana ocorre em todas as regiões do mundo, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento - mas que é mais difundida nos países asiáticos.

Na maioria dos países em que a agricultura urbana vem sendo desenvolvida, é realizada por moradores de vilas e bairros com o objetivo de garantir a segurança alimentar e a complementação da renda familiar. Além disso, a pequena produção conseguida nos quintais e áreas públicas ociosas garante do ponto de vista nutricional uma melhor alimentação se comparada aos alimentos adquiridos no mercado. Sobretudo, devido à produção sem uso de insumos químicos.

Deve-se levar em consideração a importância da AU para várias famílias, principalmente no que se refere à complementação da renda familiar, isso porque ela vem criando postos de trabalhos que são cada vez mais raros em muitas cidades. Ainda segundo o relatório do PNUD (1996), cerca de 1/5 das famílias urbanas dedicam-se à agricultura urbana; deste total, 1/3 tem na agricultura urbana seu único meio de vida. Em Calcutá, Índia, por exemplo, cerca de 20.000 pessoas encontraram trabalho e renda cultivando as áreas próximas aos lixões da cidade. Além desses exemplos de prática da AU, existem muitos outros em diferentes continentes e países do mundo. No continente americano encontram-se exemplos em Havana (Cuba); Washington e Nova York (EUA); Camilo Adão e Bahia Blanca (Argentina); Montevideu (Uruguai); Quito (Equador); Ciudad de México (México); Presidente Prudente, Belém, Ibirité, Brasília (Brasil). Na Ásia, Cingapura, Jacarta (Indonésia), Ulaanbaatar (Mongólia). E ainda muitos outros exemplos em toda a Europa e também na Índia.

A partir dos exemplos citados, percebe-se que a AU tornou-se uma alternativa para alguns problemas urbanos, como a geração de emprego e renda, melhoria na qualidade de vida e segurança alimentar.

Quanto à agricultura urbana no Brasil, o termo começou a ser estudado e experimentado recentemente, com resultados bastante positivos, porém ainda isolados. É válido ressaltar que alguns projetos de iniciativa pública já foram implantados, além, claro, das iniciativas de famílias, comunidades e de empreendedores da agricultura urbana, apresentando resultados bastante significativos.

A afirmação da AU no Brasil deve-se à legitimação feita pelo Estado ocorrida em 1996 através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). O programa foi formulado para responder às pressões do movimento sindical rural desde a década de 1990. Sua finalidade é a promoção de crédito agrícola e apoio aos pequenos produtores rurais que encontram dificuldades em manter-se em atividade. Observa-se que são vários os exemplos de cidades e órgãos brasileiros que buscam a implementação da AU familiar, sob iniciativa das comunidades aliadas às políticas públicas. Conforme Caldas e Pinheiro (2004):

Em 2004, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) lançou um edital com a finalidade de orientar o fluxo dos procedimentos para acesso aos recursos orçamentários e financeiros do Programa de Acesso à Alimentação - Apoio a Projetos de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias, via projetos destinados a equipar e/ou reformar unidades de processamento, beneficiamento e

unidades de comercialização, via empreendimentos solidários públicos municipais.

Dessa forma o Programa de Acesso à Alimentação - Apoio a Projetos de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias - constitui estratégia de produção agroalimentar para autoconsumo familiar e comercialização de excedentes, tendo em vista promover ações complementares ao Programa Bolsa Família. Esta intervenção do governo visa promover a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda, através de: a) projetos de: beneficiamento /processamento de produtos agroalimentares e; b) projetos de comercialização, via mercados e feiras públicas e populares – que integrem os sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional com o objetivo de inclusão socioeconômica de famílias e comunidades agricultoras e assentadas da reforma agrária, dos municípios da Região Semiárida.

Diversas cidades do Brasil vêm implementando a agricultura urbana, podendo-se apontar o exemplo de Belo Horizonte que através de projetos, como Projeto Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE), que, por sua iniciativa inovadora, obteve o apoio do Programa Life / PNUD; do UNICEF; do Fundo Nacional do Meio Ambiente; da Misereor (Instituição da Igreja Católica da Alemanha); e da Visão Mundial (ALMEIDA, 2003).

Outro exemplo a ser destacado é a cidade de Corumbá (MS), onde cerca de 30 famílias praticam a agricultura urbana. Elas são responsáveis por boa parte da produção de hortaliças que abastecem o mercado local. (SANTADREU, LOVO, 2007).

Seguindo nessa direção, a prefeitura de Guarulhos (SP) executa o programa Compra Direta, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Toda semana a prefeitura compra alimentos adquiridos de agricultores familiares. Os alimentos são armazenados pelo Fundo Social de Solidariedade e, somados às doações vindas de pessoas, supermercados e de demais entidades, compõem cestas que são distribuídas para famílias carentes, crianças das creches, idosos em asilos etc. Outra parte do Banco de Alimentos é destinada ao restaurante popular, que oferece diariamente refeições a baixo custo.

A mesma experiência de Guarulhos é vivenciada no município de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, através do programa de Aquisição de Alimentos (Compra Direta Local da Agricultura Familiar), articulado com o de Fortalecimento da Agricultura Familiar, permitindo colocar na mesa de cerca de 5.900 pessoas banana, macaxeira, milho verde, carne, alface, coentro, batata, feijão, leite de coalho, goiaba, abacate, quiabo e mais outras dezenas de produtos de alto nível nutricional e sem agrotóxicos. A prefeitura compra os alimentos dos agricultores e distribui para algumas entidades como a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e a Casa de Assistência Espiritual aos Dependentes de Drogas. No Rio Grande do Norte, o programa de hortas comunitárias foi implementado em 37 municípios do estado, fruto de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A EMATER-RN mantém ainda, em parceria com o MDS, um centro de treinamento para jovens de 16 a 18 anos. Além do cultivo de hortaliças, os jovens aprendem também a cultivar banana e mamão e participam de capacitação em associativismo e agroecologia (SANTADREU, LOVO, 2007).

Em Santo Antônio do Descoberto (GO), a 50 quilômetros de Brasília, 25 famílias estão produzindo suas hortaliças, reforçando a renda familiar e a alimentação. Participam ainda de um projeto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), desde 2004, que instalou uma horta comunitária no município (EMBRAPA, 2007).

Em Curitiba (PR), existem alguns programas de incentivo à agricultura urbana, como o “Nosso Quintal”, que realiza o cultivo de hortas comunitárias e caseiras, atendendo pequenos agricultores que vivem na área urbana. Estes programas, mantidos pela prefeitura, foram responsáveis pela produção de 2.800 toneladas de alimentos em 2006. O projeto da prefeitura fornece assistência para a implantação de hortas e pequenos plantios isolados ou em comunidades, insumos, técnicas de preparo de solo e de plantio, avaliação prévia e acompanhamento da produção do local.

É válido destacar que a implementação de programas que estimulem a agricultura urbana, são de fundamental importância, uma vez que possibilita a geração de emprego, renda, e conseqüentemente, uma melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda que necessitam de políticas de inclusão social.

A fome e a pobreza de grande parte da população mundial e os caminhos de resistência e luta pela sobrevivência, que têm sido historicamente buscados pelas classes pobres de todo o mundo, são as raízes de um debate bastante atual sobre o papel da agricultura urbana. Isto porque a produção, ainda que urbana e em pequena escala, necessita de trabalho intensivo e de muita mão de obra. A agricultura urbana tem também um perfil de ocupação que mesmo quando não assalariada é capaz de envolver um bom número de pessoas de acordo com o que se produz e com as fases dessa produção, gerando renda.

A criação de mecanismos de ocupação e renda para a população pobre e a conseqüente melhoria de sua qualidade de vida constitui a grande contribuição econômica dessa espécie de agricultura, que certamente aumentarão os recursos nas comunidades, com a geração de renda, obtida da venda direta para a população moradora nos entornos da comunidade. Geram emprego sem as exigências de experiência e pelas suas características, representa renda diária, o que é fundamental para o aumento da qualidade de vida da classe pobre.

No que se refere à Minas Gerais, por meio da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), o governo busca estimular o desenvolvimento da agricultura sustentável nas áreas urbanas, com implantação de hortas em creches, hospitais, asilos, fundos de quintal e em lotes vagos. O projeto representa mais uma das ações do Programa Minas sem Fome e visa beneficiar cerca de 150 mil famílias.

Em Três Marias-MG, o cultivo de hortaliças e frutas orgânicas está tirando 54 famílias da linha da pobreza. Nesse município, existe o projeto Estância Familiar, em que cada família tem direito a 500 metros de terra para cultivar alface, abobrinha, cenoura, beterraba, batata, repolho, jiló, pimentinha, mandioca e uma infinidade de outros produtos que estes canteiros têm oferecido com generosidade. A prefeitura compra parte da produção com recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através do programa Compra Direta. Estes alimentos produzidos pelas famílias são repassados diretamente para a merenda das escolas municipais de Três Marias e seis outras instituições, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Lar dos Idosos. Cada família tem uma renda mínima de R\$ 300 mensais e a outra parte da colheita é vendida na comunidade. (EMATER/MG, 2007).

Outro exemplo de AU no estado de Minas Gerais ocorre em Sete Lagoas. A experiência com agricultura urbana nesta cidade conta com cerca de 300 pessoas que atuam em hortas comunitárias como atividade profissional.

Já na cidade de Viçosa-MG, funciona um projeto de agricultura urbana nos bairros Nova Viçosa e Posses, localizados na periferia. O projeto, nomeado de “Agricultura Urbana: alternativa de segurança alimentar e geração de renda”, é financiado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação), está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa (PAC-UFV) e é realizado por

uma equipe de 19 estudantes dessa universidade. Além disso, conta com o apoio de grupos de extensão e pesquisa dessa universidade, além de ONG's. O projeto busca a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local dos bairros através da produção alimentar em quintais e terrenos ociosos. Esse projeto tem trabalhado em sintonia com a realidade socioeconômica e cultural do município de Viçosa, bem como com as diretrizes do Programa Fome Zero. Além disso, esse intervém no bairro, auxiliando na sua organização, visando a verter o processo de exclusão social. Trabalha também com o desenvolvimento da consciência do cuidado necessário com a saúde corporal e com o meio ambiente, promovendo a prevenção de doenças e a melhoria do ambiente em que essas famílias vivem. (CARVALHO, 2004).

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento da AU em Minas Gerais partiu de várias esferas sociais: o Governo Estadual, a sociedade civil, acadêmicos, ONG's etc. Quanto maior for o apoio na prática da AU, melhores serão os resultados e mais famílias se beneficiarão deles.

Prática da Agricultura Urbana em Pirapora-MG

O município de Pirapora localiza-se na região Norte do Estado de Minas Gerais, possui as coordenadas: latitude de 17° 20'45" ao sul da linha do Equador e longitude de 44°56'55" a oeste do Meridiano de "Greenwich". Abrange uma área de 581 km², possui uma população de 52.300 habitantes apresentando uma densidade demográfica de 92,5 hab/km². (IBGE, 2000).

O município apresenta a área em quase toda a sua totalidade urbanizada (98,5%). Nessa perspectiva, a fauna local resume-se em maior proporção à classe dos insetos. As aves presentes na região encontram abundante variedade de alimentação fornecida pelos insetos. Apresentam ainda alguns répteis e grande variedade de calangos.

Nos aspectos econômicos, a pecuária registrou em torno de 18.000 animais dentre bovinos, suínos, equinos e muares, e a avicultura em cerca de 6.900 animais. A lavoura permanente tem como seu carro-chefe a produção de banana, uva e tangerina, seguidas de café, manga e goiaba. Outros itens apresentam menor expressividade, como laranja, limão, mamão e coco. Na lavoura temporária destaca-se a produção de cana-de-açúcar, mandioca e arroz com casca.

O PNUD (2000) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – revelou que o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – do município de Pirapora está em torno de 0,758, o que em linhas gerais é considerado médio.

A prática da agricultura urbana em Pirapora pode ser explicada por fatores culturais e econômicos. No tocante a cultura, a população em sua maioria tem ligação com o meio rural e a tradição do cultivo vem sendo passada de geração em geração. Há ainda o fator gastronômico, onde são incluídas hortaliças em pratos tradicionais da região.

Em relação aos fatores econômicos, em Pirapora assim como as demais cidades brasileiras, a população carente e com baixa escolaridade sofre com os altos níveis de desemprego, sendo os mesmos obrigados a buscar formas de renda para o seu sustento.

No município de Pirapora as atividades agrícolas são praticadas por alguns moradores como iniciativa comercial, para autoconsumo ou ainda como uma terapia ocupacional. O cultivo é feito em hortas, cujo tamanho depende do espaço que o produtor possui, podendo ser pequenas ou grandes.

A prática da AU em Pirapora se deve a vários fatores. Resende (2002, p.74) aponta os principais determinantes para a existência da AU:

a) existência de muitas áreas vazias na cidade [...]; b) tradição rural das pessoas que se envolvem com essas práticas; c) falta de oportunidades de trabalho; d) complementação de renda; e) oportunidades de capitalização possibilitadas pela proximidade do mercado consumidor.

Os praticantes da agricultura urbana em Pirapora buscam em sua maioria a complementação da renda familiar. Em suma, são pessoas que devido a baixa escolaridade e a escassez de trabalho encontram na prática da agricultura urbana condições para garantir o sustento e até mesmo a satisfação alimentar de suas famílias.

Com base no trabalho de campo realizado no período de agosto de 2008 a maio de 2009, na cidade de Pirapora, por meio de roteiro de entrevistas, observamos nas residências o hábito de cultivar hortas, árvores frutíferas e plantas medicinais.

A pesquisa de campo foi realizada com 10 agricultores urbanos, escolhidos aleatoriamente. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário. O questionário teve o objetivo de conhecer as condições sócio-econômicas dos sujeitos da pesquisa, sendo composto por questões que versavam sobre a origem, idade, instrução, condições de vida, renda, moradia dos produtores; permitindo ainda a caracterização do espaço de produção, a comercialização dos produtos, os obstáculos enfrentados para o exercício da AU e as expectativas futuras dos agricultores.

Levando-se em conta a falta de informações acerca da quantidade de produtores de AU na cidade de Pirapora, optou-se por utilizar a aplicação do questionário de forma aleatória simples. À medida que se conseguiu informações com certa homogeneidade, possibilitando caracterizar a atividade AU em Pirapora, finalizou-se a etapa de coleta de dados.

Dos dez entrevistados, oito são imigrantes, pessoas oriundas de várias partes do Estado de Minas Gerais, apenas dois produtores não são mineiros, são da Bahia e São Paulo. Os dados permitem afirmar que a agricultura urbana (AU), em Pirapora, é uma atividade praticada, preferencialmente, por imigrantes. Conforme os entrevistados, dentre os motivos que os trouxeram a Pirapora estão a busca de melhoria de vida, oportunidade de emprego e o desejo de ficar perto da família.

Dos dez entrevistados, cinco nasceram no campo, implicando que a tradição ruralista compõe o sujeito, de forma que onde quer que eles estejam, acabam retornando às suas raízes. A experiência que já possuíam com a agricultura no campo passa a ser empregada na prática da AU.

Quanto ao grau de instrução dos entrevistados, constatou-se que sete cursaram o Ensino Fundamental, dois o Ensino Médio e apenas um o Ensino Superior. Percebe-se que a baixa escolaridade dos agricultores urbanos indica também uma causa para a prática da atividade agrícola. Isto porque quanto menor a escolaridade maior dificuldade o sujeito tem para se inserir no mercado de trabalho, restando-lhe recorrer para aquilo que ele sabe fazer e que não exige qualificação profissional.

A Tabela 1 retrata a faixa etária dos praticantes da AU, evidenciando que os indivíduos que estão envolvidos com a agricultura urbana em Pirapora estão na faixa etária acima dos 30 anos de idade. Percebe-se a ausência de jovens nesse tipo de trabalho. Ressalta-se que a prática da AU por pessoas com idade superior a 30 anos pode ser explicada pelo fato das pessoas nesta faixa etária terem dificuldade de colocação no mercado de trabalho e que, influenciado pela baixa escolaridade, encontram na AU uma oportunidade econômica.

Faixa etária	Quantidade de indivíduos
0-29	0
15-29	0
30-44	4
45-59	4
60-74	2
Total	10

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores urbanos em Pirapora
Fonte: Pesquisa de campo – 2009

Com o intuito de conhecer os espaços da AU, foi questionado aos entrevistados sobre a situação jurídica dessas terras, ou seja, se as áreas utilizadas para agricultura são próprias, alugadas, arrendadas ou outros tipos de relações; e ainda se buscou o tamanho das áreas. Dos dez entrevistados, seis são proprietários dos lotes. Os demais: um arrendou o lote; um usa a título de empréstimo; um utiliza lote do estado e um utiliza lote do município. Os dados foram sintetizados na Tabela 2.

Situação jurídica da área	Quantidade identificada
Própria	06
Locação	0
Arrendamento	01
Ocupação ou posse	02
Empréstado	01
Total	10

Tabela 2 - Situação jurídica das áreas de agricultura urbana em Pirapora
Fonte: Pesquisa de campo - 2009

O lote que pertence ao estado é localizado no bairro Cícero Passos, no distrito industrial de Pirapora. Neste lote existia uma fábrica que foi desativada, e o atual morador era empregado da mesma. Ao entrevista-lo, o mesmo afirma que atualmente está desempregado, e que por falta de moradia reside com a família nessa área onde funcionava a fábrica. O entrevistado afirma ainda que cultiva aí verduras e hortaliças, proporcionando uma diversificação e fortalecimento na alimentação da família.

Diante desses relatos, percebe-se que a prática da agricultura urbana tem por característica a utilização dos espaços disponíveis, sejam eles privados (doméstico) ou públicos. Os relatos apresentam ainda a importância da AU para muitas famílias, que têm nesta atividade seu único meio de sobrevivência.

Em relação ao tamanho das áreas utilizadas, cinco unidades apresentam uma média de 500 m² a 1000 m² de área cultivada. Todavia, algumas áreas são menores, apresentando em média de 50m² a 500m², como também existem áreas com mais de 1 ha. Existem grandes e pequenas hortas, como podemos observar na Tabela 3.

Área	Número de unidades
<50m ²	0
51-500m ²	02
500-1000m ²	05
1001-4999m ²	01
5000-1ha	0
>1ha	02
Total	10

Tabela 3 – Tamanho das áreas de cultivo
Fonte: Pesquisa de campo - 2009

A Tabela 3 evidencia que 50% das hortas possuem tamanho entre 500-1000m², são hortas de tamanho mediano. Observa-se ainda que duas hortas apresentam tamanho superior a 1 ha. Estas últimas estão localizadas em terrenos que foram ocupadas anteriormente por fábricas. Em uma delas o produtor arrecadou a área como indenização trabalhista, já a outra trata-se de uma ocupação ilegal. Embora apresente uma área extensa, as plantações não a ocupam por inteiro.

A AU é praticada preferencialmente por casais, havendo pouca participação dos filhos nas atividades de produção e comercialização. Estes, segundo os pesquisados, não se interessam pela atividade, pois preferem procurar trabalhos típicos da cidade ou estudar, para ter melhores condições de trabalho e renda.

A atividade gera uma renda diária em média de R\$30,00 (Tabela 4), dependendo da época da produção. Segundo alguns entrevistados, a chuva é o grande problema de quem pratica a AU. Isso porque as hortaliças são bastante suscetíveis a alterações climáticas, então, quando o volume de água da chuva é grande, traz como consequência prejuízos aos produtores de hortaliças. Quanto à participação da atividade na renda familiar total, observa-se que a renda tem uma variação de 1 a 3 salários mínimo mensais como mostra a Tabela 5.

Rendimento diário	Unidade de produção
R\$10,00	02
R\$12,00	02
R\$15,00	01
R\$30,00	04
R\$50,00	01

Tabela 4 - Rendimento diário da AU em Pirapora (valor em reais)
Fonte: pesquisa de campo - 2009

Rendimento mensal (salário mínimo)	Unidade de produção
Menos de 1	01
Até 1	03
De 1 a 2	01
De 2 a 3	03
Acima de 3	02

Tabela 5 – Rendimento mensal da AU em Pirapora (Salário Mínimo)
Fonte: Pesquisa de campo - 2009

Em Pirapora, a produção hortícola é voltada principalmente para o cultivo de folhagem e temperos. As hortas que se dedicam à produção comercializada cultivam entre 20 e 30 espécies de cultivares. Os produtores cultivam alface, cebolinha, couve, coentro, rúcula,

chicória, acelga, espinafre, salsa, quiabo, pimentão, agrião, mostarda, cebola, abóbora, pimenta, alfafa, salsa, manjeriço, taioba, mandioca, rabanete, brócolis, repolho, nabo, berinjela, couve-flor, tomate e almeirão.

As hortaliças cultivadas com maior número de produtores no município são a alface (FOTO 1), a couve, a cebolinha e o coentro. Estes cultivares estão presentes em todas as hortas visitadas e conforme os produtores são os que têm melhor saída no mercado consumidor.



Foto 1: Produção de alfaces.
Fonte: VIEIRA, 2009

A comercialização das hortaliças pode ser de várias formas. Os produtores com pequena escala de produção vendem seus produtos de pronta entrega a consumidores que compram na própria horta, ou ainda, repassam para vendedores ambulantes, que vendem em carrinhos pelas ruas e oferecem nas casas.

Aqueles que produzem em grandes hortas podem vender para atravessadores, que por sua vez revendem para supermercados, mercearias e lanchonetes, ou o próprio produtor realiza vendas diretas para os estabelecimentos comerciais locais. Há ainda produtores que comercializam seus produtos em feiras livres na cidade.

Conforme os entrevistados, a forma de comercializar as hortaliças que menos agrada é a oferta nas casas e ruas, pois se não for vendida, toda a mercadoria se perde rapidamente.

Técnicas de Plantio Utilizadas na Agricultura Urbana de Pirapora-MG

A base técnica da produção não faz uso de tecnologias modernas. Na atividade de horticultura, apesar de em todas as unidades investigadas se constatar o uso predominante de fertilizante orgânico, notadamente o esterco de vaca. Verificou-se que os fertilizantes químicos também são usados.

Nas dez unidades de produção de hortaliças pesquisadas, constatou-se o uso natural de controle de pragas. Neste caso, o produtor utiliza urina de vaca, fumo com álcool, creolina e telas, para controlar as pragas. Em algumas hortas, os produtores utilizam pesticidas. Segundo eles, o uso é feito só na couve, pois a praga é mais resistente.

Dentre as técnicas utilizadas para o cultivo na AU em Pirapora, observou-se o uso da propagação por mudas, uso da enxada para preparação da terra e controle de ervas daninhas e também irrigação tradicional, usando mangueiras domésticas e regador.

A água utilizada na irrigação é proveniente da rede pública de abastecimento, portanto, água tratada. Somente uma unidade utiliza cisterna, e outras duas unidades, poços artesianos.

Mesmo sendo atividades típicas da agricultura, os agricultores urbanos entrevistados nunca receberam apoio técnico da Secretária Municipal de Agricultura de Pirapora e da EMATER para o desenvolvimento de suas atividades. De acordo com alguns entrevistados, a EMATER nunca visitou as suas hortas para auxiliá-los com seus conhecimentos técnicos especializados. Segundo o engenheiro agrônomo da EMATER, os profissionais não dispõem de tempo para visitar as hortas.

A importância de se pensar políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, inclusive em espaços urbanos, é de suma importância, uma vez que esse tipo de atividade é responsável por gerar grande número de emprego e, conseqüentemente, renda.

Obstáculos enfrentados na prática da Agricultura Urbana em Pirapora-MG

Embora tenha-se apresentado no decorrer deste estudo que a agricultura urbana tem trazido inúmeros benefícios aos seus praticantes, ainda assim essa atividade enfrenta alguns obstáculos para sua efetivação. Conforme os sujeitos da pesquisa, a atividade é satisfatória no tocante à aspectos pessoais, ou seja, praticam a AU com prazer e satisfação porque gostam do que fazem. Porém, em termos de rendimento financeiro a agricultura urbana deixa à desejar.

As reclamações mais comuns entre os agricultores urbanos referem-se ao baixo preço conseguido por seus produtos no mercado, a existência de atravessadores e ainda o alto número de concorrentes. Outro fator que incide sobre a baixa lucratividade da AU é o alto custo dos insumos necessários à produção.

Nas atividades agrícolas os insumos são compreendidos como todos os procedimentos necessários à produção vegetal e animal, como por exemplo: adubos, vacinas, sementes, pesticidas, entre outros.

Dentre os obstáculos enfrentados pelos sujeitos da pesquisa na prática da AU, está a falta de incentivo do governo para financiamentos. Não existe financiamento voltado para a prática da agricultura urbana, somente para a agricultura rural.

Ao serem questionados sobre os planos para o futuro das suas atividades, percebe-se que a maioria pretende continuar praticando essa agricultura. Alguns já pensam em expandir a produção ou até mesmo investir na infra-estrutura da unidade. Somente um indivíduo pretende parar com a atividade, pois tem problemas de saúde.

Nota-se que a prática da agricultura urbana é vista com satisfação pelos entrevistados. Estes, além da tradição, as raízes e o passado, têm gosto pela atividade, gostam de plantar, cultivar, ter contato com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a análise dos dados, chega-se à conclusão de que a prática da agricultura urbana em Pirapora-MG é dinâmica. Muitas pessoas cultivam e algumas até sobrevivem da produção agrícola realizada no município. Conforme já enfocado anteriormente, a prática da AU tem se expandido nos últimos anos por todo o mundo, trazendo muitos benefícios para a população menos favorecida.

Conforme depoimentos dos entrevistados, percebe-se a necessidade que eles têm em cultivar, seja para satisfazer suas necessidades alimentares ou ainda garantir o sustento da família com a comercialização do alimento produzido. A AU propicia inúmeros benefícios aos seus praticantes. No entanto, percebe-se que ainda é desconhecida e até mesmo ignorada pelo poder público local.

Após a apuração dos dados obtidos e análise através das visitas nas residências ou nas unidades onde produzem, constata-se que a agricultura urbana se faz necessária no cotidiano dos moradores.

Percebe-se que muitos dos agricultores urbanos estão inseridos nesta atividade por falta de colocação no mercado de trabalho formal. Assim, utilizam os espaços vazios existentes e se valem da experiência vivida no campo para praticar atividades agrícolas no contexto da cidade.

São reveladores os depoimentos dos entrevistados quando questionados sobre a importância desta prática de cultivo, ao mencionar que a partir do momento que desenvolvem tal atividade em suas propriedades, a sua qualidade de vida aumenta e o envolvimento com o cultivo das plantas lhes traz prazer, alegria, ocupação, enfim, sentem-se úteis.

Todavia, o fator econômico também desempenha papel preponderante na existência de práticas agrícolas no interior do espaço urbano da cidade de Pirapora. A necessidade de se produzir alimentos para autoconsumo ou comercialização, objetivando geração de renda, impulsiona a prática da agricultura urbana nesta cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. *Universia Brasil*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.universia.com.br>. Acesso em 21/08/2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas Para sua Promoção*. Belo Horizonte: MDS, 2007.

CALDAS, Eduardo de; PINHEIRO, Edie. *Produzir alimentos na área urbana*. Dicas – Instituto Pólis. n. 217.ano 2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em 20/08/2008.

CARVALHO, Anôr Fiorini de (et al). *Agricultura Urbana: Alternativa de Segurança Alimentar e Geração de Renda*. Viçosa – MG, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrext/Desen/Desen2.pdf>. Acesso em 20/08/2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em 23/08/2008.

EMPRESA MINEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER MG. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br/>. Acesso em 12/10/2008.

FEIDEN, Alberto; ANDRADE JUNIOR, Edécio Burguês; CAVASSA, Alexandre Vasconcelos. *Agricultura urbana em Corumbá – MS*. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2007. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.109. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br>. Acesso em 12/10/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.- IBGE. *Censo Demográfico*, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Agricultura Urbana: comida, trabalho e cidades sustentáveis*. Relatório Anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996. (versão traduzida). Disponível em: www.undp.org/DocumentID=653. Acesso em 05/01/2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento Humano e IDH do Brasil*. Ano 2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em 23/02/2009.

RESENDE, Sidivan Aparecido. *Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG)*. Uberlândia: Instituto de Geografia/ Universidade Federal de Uberlândia, 2004 (Dissertação de mestrado).

ROESE, Alexandre Dinnys. *Agricultura urbana*. Disponível em <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/201>. Acesso em 20/08/2008.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção*. Belo Horizonte: MDS, 2007. Disponível em www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100. Acesso em 20/08/2008.